Pesquisa no Repositório Legal

Pesquisa geral sem filtros.

Lei n.º 6/24, de 3 de Junho

Lei sobre a Mediação e Corretagem de Seguros

Regime de acesso, exercício, supervisão, suspensão e cessação da mediação e corretagem de seguros e resseguros.

Fonte: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2024/lei-n-o-6-24-de-03-de-junho/

Norma Regulamentar n.º 2/23, de 16 de Janeiro

Prestação de Informações Obrigatórias e Periódicas

Define termos e condições de prestação de informações obrigatórias e periódicas da actividade seguradora e resseguradora.

Fonte: https://www.arseg.ao/noticias/comunicado-sobre-a-norma-regulamentar-n-%C2%BA-2-23-de-16-de-janeiro/

Lei n.º 18/22, de 7 de Julho

Lei da Actividade Seguradora e Resseguradora

Regime jurídico da actividade seguradora e resseguradora, supervisão, autorização, governação e solvência.

Fonte: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2022/lei-n-o-18-22-de-07-de-julho/

Decreto Presidencial n.º 141/13, de 27 de Setembro

Estatuto Orgânico da ARSEG

Estabelece a organização, atribuições e competências da ARSEG.

Fonte: https://www.arseg.ao/institucional/estatuto-organico/

Constituição da República de Angola

Constituição da República de Angola

Constituição e direitos fundamentais, incluindo tutela da privacidade, acesso à informação e legalidade.

Fonte: https://www.lex.ao/docs/assembleia-constituinte/2010/constituicao-da-republica-de-angola/

Decreto n.º 35/09

Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel

Regime do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel (SORCA).

Fonte: https://www.arseg.ao/seguros/seguro-obrigatorio-de-responsabilidade-civil-automovel/

Decreto n.º 53/05, de 15 de Agosto

Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Regime de protecção obrigatória dos trabalhadores contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Fonte: https://www.arseg.ao/ligacoes-rapidas/perguntas-respostas/

Decreto n.º 5/03, de 24 de Janeiro

Condições de Acesso e Funcionamento da Actividade Seguradora

Regulamentação histórica das condições de acesso e funcionamento da actividade seguradora, sujeita a validação face à Lei n.º 18/22.

Fonte: https://www.arseg.ao/legislacao/legislacao-do-mercado/diplomas-base/

Norma Regulamentar n.º 1/26, de 18 de Março

Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Resseguros

Aprova o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Resseguros, com aplicação obrigatória nos termos e período transitório definidos pela ARSEG.

Fonte: https://www.arseg.ao/legislacao/legislacao-do-mercado/normas-regulamentares-e-instrutivos/

Norma Regulamentar n.º 9/25, de 18 de Setembro

Condições de Acesso e Exercício da Actividade de Microsseguros

Estabelece condições de acesso e exercício da actividade de microsseguros em Angola.

Fonte: https://www.arseg.ao/legislacao/legislacao-do-mercado/normas-regulamentares-e-instrutivos/

Norma Regulamentar n.º 8/25, de 20 de Agosto

Obrigações de Prevenção de BC/FT/FP no Sector de Seguros

Implementa no sector segurador obrigações previstas na Lei n.º 5/20 sobre prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação.

Fonte: https://files.lex.ao/agencia-angolana-de-regulacao-e-supervisao-de-seguros/2025/norma-regulamentar-n-o-8-25-de-20-de-agosto/download/norma-regula

Norma Regulamentar n.º 7/25, de 11 de Agosto

Condições de Acesso à Mediação e Corretagem de Seguros e Resseguros

Requisitos documentais, técnicos, administrativos e contabilísticos para mediadores e corretores.

Fonte: https://lex.ao/docs/agencia-angolana-de-regulacao-e-supervisao-de-seguros/2025/norma-regulamentar-n-o-7-25-de-11-de-agosto/

Norma Regulamentar n.º 3/25, de 7 de Março

Conduta de Mercado, Reclamações e Prevenção da Fraude nos Seguros

Regras de conduta de mercado, tratamento de reclamações, governação comportamental e políticas antifraude.

Fonte: https://lex.ao/docs/agencia-angolana-de-regulacao-e-supervisao-de-seguros/2025/norma-regulamentar-n-o-3-25-de-07-de-marco/

Circular APD n.º 02

Notificação de Acidentes e Incidentes Informáticos à APD

Orienta entidades públicas e privadas quanto à notificação de acidentes e incidentes informáticos.

Fonte: https://apd.ao/fotos/frontend_1/editor2/circular_002.pdf

Circular n.º 02/APD/2024

Obrigatoriedade de Notificação de Acidentes e Incidentes Informáticos à APD

Orienta entidades públicas e privadas quanto à notificação de acidentes e incidentes informáticos. Obrigatoriedade de Entidades Públicas e Privadas Notificarem a Agência de Protecção de Dados sobre os Acidentes e Incidentes Informáticos Considerando que, nos termos da alínea i) do artigo 5.º, conjugado com os artigos 30.º e 31.º, todos da Lei nº 22/11, de 17 de junho, Lei da Protecção de Dados Pessoais (LPDP) toda a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais está obrigada a pôr em pratica medidas técnicas e organizativas, bem como a estabelecer níveis de segurança adequados para proteger os dados pessoais sob sua posse; Considerando ainda que, nos termos dos n.º 5, 6, e 7 do artigo 55.º da Lei n.º 23/11, 20 de Junho, Lei das Comunicações Electrónicas e dos serviços da Sociedade da Informação (LCESSI), se estabelece o dever de notificação sem atrasos injustificados em caso de violação das medidas de segurança.

Fonte: https://apd.ao/ao/legislacao/

Norma Regulamentar n.º 4/24, de 9 de Setembro

Regulamentação da Actividade de Resseguro

Norma relativa a conceitos, operações e contratos de resseguro; requer confirmação jurídica do título integral.

Fonte: https://files.lex.ao/agencia-angolana-de-regulacao-e-supervisao-de-seguros/2024/norma-regulamentar-n-o-4-24-de-09-de-setembro/download/norma-regu

Lei n.º 9/24

Alteração à Lei de Prevenção e Combate ao Terrorismo

Altera e conforma o regime de prevenção e combate ao terrorismo e financiamento do terrorismo.

Fonte: https://www.uif.ao/upload_media/upload/documentos/legislacao/Lei%20n.%C2%BA%209.24%20%28Lei%20que%20altera%20a%20Lei%20n.%C2%BA%

Lei n.º 11/24

Alteração à Lei n.º 5/20 sobre BC/FT/FP

Altera a Lei n.º 5/20 e actualiza o quadro preventivo e repressivo de BC/FT/FP.

Fonte: https://www.uif.ao/legislacao?id=15&menu=Legislacao_e_Normas

Norma Regulamentar n.º 1/24, de 27 de Maio

Norma Regulamentar n.º 1/24 da ARSEG

Diploma regulamentar da ARSEG; título temático e vigência devem ser confirmados pelo Jurídico antes da publicação definitiva.

Fonte: https://files.lex.ao/agencia-angolana-de-regulacao-e-supervisao-de-seguros/2024/norma-regulamentar-n-o-1-24-de-27-de-maio/download/norma-regulam

Lei n.º 12/23

Lei Geral do Trabalho

Regime geral das relações laborais, relevante para trabalhadores, acidentes, segurança e processos internos.

Fonte: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2023/lei-n-o-12-23-de-27-de-dezembro/

Decreto Presidencial n.º 73/23

Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao BC/FT/FP

Aprova a estratégia nacional e as linhas gerais do plano de prevenção e combate ao BC/FT/FP.

Fonte: https://www.uif.ao/upload_media/upload/documentos/legislacao/Decreto%20Presidencial%20nr%2073_23_Aprova%20a%20Estrate%CC%81gia%20Nac

Norma Regulamentar n.º 4/23

Activos Representativos das Provisões Técnicas

Determina a natureza, limites, diversificação, avaliação e valorimetria dos activos representativos das provisões técnicas.

Fonte: https://www.arseg.ao/noticias/comunicado-sobre-a-norma-regulmentar-n-%C2%BA-4-23/

Decreto Presidencial n.º 308/21, de 21 de Dezembro

Regulamento da Lei da Videovigilância

Regulamenta a Lei da Videovigilância.

Fonte: https://apd.ao/ao/legislacao/

Lei n.º 14/21

Regime Geral das Instituições Financeiras

Regime geral das instituições financeiras, relevante para bancassurance, pagamentos e parceiros financeiros.

Fonte: https://www.uif.ao/legislacao?id=15&menu=Legislacao_e_Normas

Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro

Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, FT e Proliferação

Estabelece medidas preventivas e repressivas de combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação.

Fonte:

https://www.uif.ao/upload_media/upload/documentos/legislacao/lei%205%2020%20Prevencao%20e%20Combate%20ao%20Branqueamento%20de%20

Lei n.º 2/20, de 22 de Janeiro

Lei da Videovigilância

Regime aplicável à utilização de sistemas de videovigilância.

Fonte: https://apd.ao/fotos/frontend_1/editor2/200222_lei_2-20_de_22_janeiro-videovigilancia.pdf

Resolução n.º 33/19, de 9 de Julho

Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Protecção de Dados

Aprovação da Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais.

Fonte: https://apd.ao/ao/legislacao/

Lei n.º 19/17, de 25 de Agosto

Prevenção e Combate ao Terrorismo

Regime de prevenção e combate ao terrorismo e ao respectivo financiamento.

Fonte: https://www.uif.ao/legislacao?id=15&menu=Legislacao_e_Normas

Lei n.º 7/17, de 16 de Fevereiro

Protecção das Redes e Sistemas Informáticos

Medidas de protecção, segurança e responsabilização relativas a redes e sistemas informáticos.

Fonte: https://apd.ao/ao/legislacao/

Lei n.º 23/11, de 20 de Junho

Comunicações Electrónicas e Serviços da Sociedade da Informação

Regras aplicáveis às comunicações electrónicas e aos serviços da sociedade da informação.

Fonte: https://apd.ao/ao/legislacao/

Lei n.º 22/11, de 17 de Junho

Lei da Protecção de Dados Pessoais

Regime geral do tratamento de dados pessoais, direitos dos titulares e obrigações dos responsáveis.

Fonte: https://apd.ao/fotos/frontend_1/editor2/110617_lei_22-11_de_17_junho-proteccao_dados_pessoais.pdf

Lei n.º 15/03

Lei de Defesa do Consumidor

Estabelece princípios e direitos gerais de protecção dos consumidores e deveres dos fornecedores.

Fonte: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2003/lei-n-o-15-03-de-22-de-julho/